



**AÇÃO INTEGRALISTA
BRASILEIRA EM
MINAS GERAIS**
ESTUDOS E HISTORIOGRAFIA

Everton Fernando Pimenta
Leandro Pereira Gonçalves
(Organizadores)

**AÇÃO INTEGRALISTA
BRASILEIRA EM
MINAS GERAIS
ESTUDOS E HISTORIOGRAFIA**

Everton Fernando Pimenta
Leandro Pereira Gonçalves
(Organizadores)



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF
RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)
ANDRÉ NETTO BASTOS
CHARLENE MARTINS MIOTTI
CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA
CRISTINA DIAS DA SILVA
ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO
JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR
MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR
RAPHAEL FORTES MARCOMINI

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Ação integralista em Minas Gerais : estudos e historiografia / Everton
Fernando Pimenta, Leandro Pereira Gonçalves (organizadores.) --
Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 7,5 mb)

ISBN 978-65-89512-14-1

1. Integralismo – Minas Gerais. 2. Fascismo. I. Pimenta, Everton.
II. Gonçalves, Leandro Pereira. III. Título.

CDU 329.18(815.1)

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa,
promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790
CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400
FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Rodrigo Patto Sá Mota	
AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM MINAS GERAIS	9
Everton Fernando Pimenta, Leandro Pereira Gonçalves	
CAPÍTULO 1	11
O INTEGRALISMO EM MINAS GERAIS: DESENVOLVIMENTO ENTRE 1932 E 1935	
Guilherme Costa Pimentel	
CAPÍTULO 2	26
UMA ANÁLISE SOBRE O MOVIMENTO INTEGRALISTA EM MINAS GERAIS A PARTIR DOS ARQUIVOS DA POLÍCIA POLÍTICA	
Emerson Nogueira Santana	
CAPÍTULO 3	37
OLBIANO DE MELO: A FORMAÇÃO DE UM REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR EM MINAS GERAIS	
Célia Cerqueira de Araújo	
CAPÍTULO 4	46
“EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA O HOMEM INTEGRAL”: AS ESCOLAS INTEGRALISTAS EM MINAS GERAIS	
Lenir Palhares	
CAPÍTULO 5	66
EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?	
Yonne de Souza Grossi, Maria Auxiliadora Faria	
CAPÍTULO 6	86
O SIGMA E A CRUZ: INTERSEÇÕES ENTRE INTEGRALISMO E CATOLICISMO EM BELO HORIZONTE NA DÉCADA DE 1930	
Leandro Rattton Pires da Silva	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7	99
AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: SEUS REFLEXOS EM JUIZ DE FORA	
Maurício de Castro Corrêa	
CAPÍTULO 8	122
O NASCIMENTO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM JUIZ DE FORA	
Leandro Pereira Gonçalves	
CAPÍTULO 9	136
O INSTITUTO GRANBERY E A ARTICULAÇÃO DE ELEMENTOS “INCOMPATÍVEIS” NOS MOMENTOS INICIAIS DA PRESENÇA INTEGRALISTA EM JUIZ DE FORA (1933-1934)	
Everton Fernando Pimenta	
CAPÍTULO 10	157
INTELLECTUALIDADE E IDEOLOGIA: GUSTAVO BARROSO E O INTEGRALISMO EM JUIZ DE FORA	
Vanessa Aparecida Lobo Amancio	
CAPÍTULO 11	166
O ESPÍRITO UNIVERSAL DO CATOLICISMO E A MÍSTICA INTEGRALISTA: MURILO MENDES REAGE À APROXIMAÇÃO ENTRE A IGREJA E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA	
Rafael Velloso Macedo	
CAPÍTULO 12	179
DO FASCIO AO SIGMA: A PRESENÇA INTEGRALISTA EM BARBACENA (1934-1938)	
Everton Fernando Pimenta	
CAPÍTULO 13	194
A ATUAÇÃO DA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA EM DIAMANTINA	
Elias Maria de Oliveira Júnior	

SUMÁRIO

CAPÍTULO 14	211
REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DO INTEGRALISMO NA IMPRENSA OLIVEIRENSE E POUSO-ALEGRENSE DA DÉCADA DE 1930 George Rodrigues Pereira	
CAPÍTULO 15	222
A RESPOSTA DAS CARTAS: O INTEGRALISMO EM POUSO ALEGRE Ivan Teodoro Marques	
CAPÍTULO 16	235
OS ANAUÊ NA TRILHA DOS UAI: A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NAS PÁGINAS DO JORNAL “A RAZÃO” DE POUSO ALEGRE (1936 - 37) Márcio Tiago Rodrigues de Oliveira	
CAPÍTULO 17	246
AÇÃO INTEGRALISTA EM VARGINHA: ARQUIVOS DA POLÍCIA POLÍTICA (1935-1938) José Roberto Sales	

AÇÃO INTEGRALISTA EM VARGINHA: ARQUIVOS DA POLÍCIA POLÍTICA (1935-1938)¹

JOSÉ ROBERTO SALES²

Em 1935, o município de Varginha possuía uma população de 30.000 habitantes, sendo 12.000 habitantes na sede. O total inclui as populações do distrito de Carmo da Cachoeira e do povoado de São Bento (*ALMANAK LAEMMERT*, 1935, p. 306-262), atuais municípios de Carmo da Cachoeira e São Bento Abade. Nessa época, a economia do município era movida, principalmente, pelas atividades domésticas, escolares e de agricultura, pecuária e silvicultura.³ A estimativa populacional para o município, no ano de 2019, foi de 135.558 habitantes.⁴ Na segunda metade da década de 1930, durante o Estado Novo, a preocupação da polícia política de Minas Gerais era, principalmente, com a Ação Integralista Brasileira, associada à influência fascista.

Os integralistas se preocupavam com a instrução pública (educação escolar) como instrumento de doutrinação das massas, com a abertura de ambulatórios médicos, com a participação política, inclusive por meio de sindicatos para “disciplinar a massa” (*A Razão*, 02/07/1936, p. 3), com a colocação de desempregados e com a infraestrutura dos municípios. No dia 15 de julho de 1936, os integralistas varginhenses abriram uma escola de alfabetização no povoado de São Bento (*A Razão*, 23/07/1936, p. 1). Vários integralistas concorreram às eleições municipais em Varginha e em municípios da região. E, segundo eles: “O segredo do progresso de Varginha está, quase exclusivamente, na existência de uma ótima rede de estradas que se irradiam daquela cidade para as vizinhas, como verdadeiros tentáculos” (*A Razão*, 16/07/1936, p. 1-2).

¹ Este trabalho é uma síntese da pesquisa publicada no livro SALES, José Roberto. *Estudo sobre o Integralismo e o Comunismo em Varginha (MG): a Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências e a Polícia Política de Minas Gerais 1936-1972*. Varginha: José Roberto Sales, 2016.

² Especialista em História e Construção Social do Brasil pela Universidade em Três Corações (UninCor). Formado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Varginha (FAFI). Capacitado em Gestão de Documentos (Fundação João Pinheiro). Pesquisador da Fundação Cultural do Município de Varginha (MG).

³ IBGE. Recenseamento Geral de 1940. Minas Gerais. Varginha, p. 564-565. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

⁴ IBGE. Estimativa populacional para Varginha (MG) 2019. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/Brasil/MG/panorama>.

Em 07 de agosto de 1935, uma carta do investigador José da Rocha Viana Júnior para Orlando Moretzsohn, Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte, informava que o referido investigador estava trabalhando na organização de uma lista de integralistas em Varginha.⁵

As listas manuscritas e datilografadas, pertencentes ao antigo Departamento de Ordem Política e Social, citam os nomes de integralistas, de eleitores e de simpatizantes do integralismo em Varginha.

1. “Relação dos fazendeiros do município de Varginha”⁶ com 82 nomes datilografados dos quais 31 são marcados com as letras “I” – integralista ou “S” – simpatizante.
2. “Lista dos camisas-verdes que inscreveram novos integralistas”⁷, de autoria dos integralistas, manuscrita, com 95 nomes, sendo 66 homens e 29 mulheres.
3. “Integralistas de Varginha – Fichas remetidas Arquivo”.⁸ Lista datilografada, com trinta nomes, sendo 25 homens e cinco mulheres.

Alguns nomes são seguidos das siglas CD, CM, DME, SDCSE E SMOP, sem legendas. Segundo periódicos integralistas consultados, dentre eles, *A Razão*, editado em Pouso Alegre (MG), as siglas se referem a Chefe Distrital (CD), Chefe Municipal (CM), Diretoria Municipal de Estudantes (DME) e Secretaria Municipal de Operação Política (SMOP).

Em 1935, três anos após a sua fundação, a Ação Integralista Brasileira em Varginha ainda parecia contar com poucos adeptos, segundo se deduz das informações do documento redigido pelo investigador Viana Júnior. Ele informava aos seus superiores que poucas pessoas pertenciam ao integralismo, embora meia dúzia de colegas pretendessem criar o núcleo na cidade com o auxílio do núcleo já instalado da cidade vizinha de Três Corações.⁹

O auge do Movimento Integralista em Varginha foi nos anos 1936 e 1937, período marcado pela visita de Gustavo Barroso (1888-1959) à cidade. O *Correio do Povo*, periódico local, relatou a visita em detalhada e extensa nota: Barroso foi saudado na estação ferroviária de Varginha “pelos camisas-verdes com dois Anauês do estilo. Acompanhado ao hotel em que devia hospedar-se por todos os integralistas presentes, em número superior a 600 e por todas as pessoas da sociedade varginhense que foram assistir à sua chegada”. Ainda segundo a mesma nota, aguardava por ele, no Cine-Teatro Capitólio, grande multidão, “composta dos melhores elementos da nossa sociedade [...]: médicos, advogados, políticos, professores, banqueiros, comerciantes, fazendeiros, operários, funcionários públicos e muitas senhoras e senhoritas com calorosa salva de palmas” (*Correio do Povo*, 22/01/1937, p. 109).

⁵ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4999, documentos 99 e 100. Carta manuscrita de José da Rocha Viana Júnior. Três Corações, 07/08/1935.

⁶ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 9, sem assinatura e s.d. [1935?].

⁷ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 11-14, sem assinatura e s.d. [1935?].

⁸ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 17, sem assinatura e s.d. [1935?].

⁹ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4999, documento 94. Serviço de Investigações. José da Rocha Viana Júnior, investigador 90. Belo Horizonte, 26/08/1935.

No início de novembro de 1936, um relatório de diligência da Polícia de Minas Gerais enviado ao Chefe do Serviço de Investigações, em Belo Horizonte, informava que o núcleo integralista de Varginha estava se desenvolvendo e contava com cerca de duzentos adeptos na sede (cidade de Varginha) e, com cerca de trezentos, no distrito de Carmo da Cachoeira. O chefe desse núcleo era o comerciante Odorico Venga Filho (1908-1980), considerado moço de bons costumes e que gozava de muita simpatia dos varginhenses. Ele era auxiliado por Dr. Plínio Pinto, João Alexandre Cruz, José Vernan, Washington Ferreira e Sebastião Cardoso Braga (1917-1996). Ainda segundo o documento, esses associados cogitavam fundar em Varginha um núcleo da Ação Imperial Patrianovista Brasileira. O distribuidor dos prospectos desse novo partido político era Joaquim de Oliveira Tatim. O investigador adquiriu um folheto de propaganda do movimento e o anexou ao relatório. Ele comunicou ao seu superior que “Deve ter surgido à luz de publicidade, no sábado último, em Varginha o semanário intitulado “TACAPE”, órgão defensor da doutrina do Sigma, cujos editores deveriam ser o Dr. Plínio Pinto e o estudante Renato Bhering¹⁰. Além das atividades integralistas, Joaquim de Oliveira Tatim, citado no relatório, também foi investigado pela polícia política por ser, supostamente, comunista. O arquivo da polícia política possui vários relatórios sobre as atividades políticas praticadas por ele.

No relatório supracitado, percebe-se que o agente de Estado confunde dois movimentos políticos distintos, mas que possuíam um ideário de propostas com alguns pontos semelhantes: a Ação Integralista Brasileira e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira. A Ação Imperial Patrianovista, idealizada pelo líder negro Arlindo José Veiga dos Santos (1902-1978), foi fundada em 03 de março de 1928. O Patrianovismo era baseado em uma filosofia política conservadora, representava o pensamento neomonárquico brasileiro e visava à (re)instauração do Império com o III Reinado¹¹. Apesar de alguns pontos em comum, como a defesa de um ideário conservador, católico e nacionalista, o Patrianovismo e o integralismo foram movimentos políticos com objetivos diferentes.

No início de 1937, último ano da existência legal da Ação Integralista Brasileira, os ânimos políticos estavam exaltados no município de Varginha. Podia-se perceber uma divisão ideológica entre a população adepta do integralismo e a contrária a ele, o que poderia levar à violência física, ao vandalismo e à perturbação da ordem pública. Há indícios de que o acirramento dos ânimos foi-se agravando no decorrer do ano, conforme se constata das correspondências oficiais trocadas entre a Delegacia de Polícia de Varginha e a Delegacia de Ordem Pública, em Belo Horizonte.

Em janeiro desse ano, uma carta de Domingos Ribeiro de Rezende (1877-1943), endereçada ao capitão Dornelles, Delegado da Ordem Pública de Belo Horizonte, dá notícia de provocações feitas pelos integralistas aos seus opositores no povoado de São Bento, que, segundo relatos, estavam

¹⁰ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4999, documentos 90 e 91. Serviço de Investigações. Investigador 111, que assina Aldem... [ilegível]. Belo Horizonte, 09/11/1936.

¹¹ CEDIC. PUC-SP. Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coleção Ação Imperial Patrianovista. Contextualização. História. Administração/Biografia. Disponível em: <www.pucsp.br> Acesso em: 15 dez. 2019.

realizando exercícios militares em atitudes agressivas¹². O tipo de provocação e de atitude agressiva não foi especificado no documento.

Em 20 de agosto de 1937, a exaltação de ânimos ainda persistia, agora, no distrito de Carmo da Cachoeira. Dessa vez, foram os integralistas que solicitaram proteção policial, pois os ativistas residentes no distrito teriam sido avisados de que elementos anarquistas pretendiam invadir a Sede do Núcleo, intimidando cidadãos na fase de qualificação eleitoral. Antonio Lobato Ribeiro de Castro, representante da Ação Integralista Brasileira, Província de Minas Gerais, assinou a correspondência em nome da Ação Integralista Brasileira.¹³

No dia seguinte, a Delegacia de Ordem Pública de Belo Horizonte expediu um ofício para o Delegado de Polícia de Varginha em que solicitava a apuração do fato, que ameaçava a perturbação da ordem em Carmo da Cachoeira, “por questões doutrinárias entre elementos do integralismo e pessoas que combatem este partido”.¹⁴

Em 07 de novembro de 1937, apenas três dias antes da instauração do Estado Novo, o movimento integralista em Varginha ganhara impulso suficiente para inaugurar a nova sede do Núcleo Integralista Municipal, localizada no pavimento térreo de um sobrado residencial, na Avenida Rio Branco, principal logradouro público da cidade, à época. O imóvel era de propriedade do Coronel José Antônio da Silveira Bragança, alocado para os integralistas por Rs 200\$000 (duzentos mil-réis) mensais. O fiador e responsável pelo aluguel foi o advogado e integralista José Pinto de Rezende.¹⁵

O Chefe Municipal da Ação Integralista em Varginha era Alfredo de Angelis¹⁶. O coronel Silveira Bragança era um capitalista – para usar um termo da época – do ramo cafeeiro. Pessoa de destaque no meio social e político da cidade, foi presidente da Associação Comercial de Varginha – Aciv, entre 1933 e 1935. Devido à sua influência política no município, na década de 1930, ele integrou a comitiva varginhense recebida pelo presidente Getúlio Vargas para uma conversa informal em março de 1931, em um hotel da estância hidromineral de São Lourenço (*Diário da Noite*, 04/03/1931, p. 4).

No núcleo urbano do município de Varginha, houve tensão entre a polícia e os integralistas, conforme se percebe no ofício enviado pelo integralista Antonio Lobato Ribeiro de Castro ao Delegado de Ordem Pública em Belo Horizonte. Segundo Castro, o Delegado de Polícia de Varginha estava cerceando a propaganda política da Ação Integralista Brasileira e realizando prisões sem motivo, o que criava um ambiente de constrangimento e de insegurança pública.¹⁷

¹² APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 51. Carta manuscrita de Domingos Ribeiro Rezende ao Delegado de Ordem Pública. Varginha 04/01/1937.

¹³ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 49. Ofício de Antonio Lobato Ribeiro Castro, em papel sem timbre, para o Delegado de Ordem Pública em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 20/08/1937.

¹⁴ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 48. Ofício de Orlando Moretzsohn, Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte para o Delegado de Polícia de Varginha. Belo Horizonte, 21/08/1937.

¹⁵ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 3, 41, 42 e 43. Varginha, 07/11/1937.

¹⁶ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 3. Carta-convite à população assinada por Alfredo de Angelis. Varginha, 04 nov. 1937.

¹⁷ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 46. Ação Integralista Brasileira. Província de Minas Gerais. Carta de Antonio Ribeiro de Castro. Belo Horizonte, 08/11/1937.

Alguns documentos assinados por agentes públicos, do período imediatamente anterior à instauração do Estado Novo no Brasil, revelam, explicitamente, o desejo de extermínio dos adversários políticos, inclusive em uma cidade pequena como Varginha, à época. De um relatório do capitão Neactor de Oliveira, Delegado Especial de Polícia em Varginha, consta: “o Governo tem grande interesse no extermínio de extremistas”.¹⁸

Exterminar também pode ser sufocar e asfixiar as potencialidades, aspirações e práticas políticas, científicas e artísticas de determinado cidadão ou grupo social, ou seja, o extermínio das aspirações e da liberdade de expressão pode ser compreendido como a morte em seu sentido velado e metafórico e nem por isso menos cruel.

Em novembro de 1937, quando a Ação Integralista Brasileira foi extinta após a instauração do Estado Novo, algumas medidas foram tomadas em Varginha para encerrar as atividades do integralismo no município.

Todos os Núcleos Integralistas da sede (Varginha), e, do então distrito de Carmo da Cachoeira e do povoado de São Bento foram fechados no dia 07 de dezembro de 1937. O capitão Neactor de Oliveira, Delegado Especial em Varginha, enviou um radiograma ao Chefe de Polícia, em Belo Horizonte, em que comunicava o fechamento das salas onde as reuniões eram realizadas, disse estar de posse das chaves e que a operação foi realizada “sem alteração”.¹⁹ Pela expressão “sem alteração” o delegado quis dizer que não houve resistência popular com o fechamento dos núcleos nem perturbação da ordem pública. Assim, a nova sede do núcleo integralista de Varginha foi fechada exatamente um mês após a sua inauguração.

No final de dezembro, em um ofício, o mesmo capitão Neactor de Oliveira informou à Chefia de Polícia que, após ter procedido ao imediato fechamento dos núcleos integralistas de Varginha e de seus distritos, instaurou os respectivos inquéritos policiais para a devida apuração dos fatos.²⁰

Um ofício do advogado José de Rezende Pinto, outro Chefe Municipal da Ação Integralista Brasileira em Varginha, endereçado ao chefe da Polícia Militar de Minas Gerais, comunicava que, em obediência ao Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937, o capitão Neactor de Oliveira, delegado especial do Município de Varginha, fechara e interditara a sede do núcleo local da extinta Ação Integralista Brasileira, apreendendo arquivo, bandeiras, distintivos e chaves do prédio, onde se achava instalado o antigo Núcleo. O advogado ainda comunicou que os móveis existentes na antiga sede poderiam ser retirados pela polícia, ou então, depositados, depois de devidamente inventariados, em outro qualquer cômodo, de aluguel mais barato.²¹

¹⁸ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4999, documentos 67 e 68. Polícia de Minas Geraes. Relatório do capitão Neactor de Oliveira. Varginha – MG, 08 nov.1937.

¹⁹ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 44. Radiograma de Neactor de Oliveira para o Chefe de Polícia de Belo Horizonte. Varginha, 07 dez. 1937.

²⁰ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 43. Varginha, 20 dez. 1937.

²¹ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 41 e 42. Carta de José de Rezende Pinto para o chefe da Polícia Militar de Minas Gerais. Varginha, 20 dez. 1937.

O Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937, citado pelo advogado, dispunha sobre partidos políticos e determinou, no art. 1º, a dissolução de todos os partidos políticos do Brasil, a partir dessa data. No art. 2º, estabeleceu-se a proibição de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos, o que atingia diretamente uma das principais formas de propaganda e de identificação dos membros da Associação Integralista Brasileira.²²

A sede do núcleo integralista de Varginha foi fechada, definitivamente, em 07 de dezembro de 1937. Apesar disso, a Delegacia de Ordem Pública de Belo Horizonte ainda solicitou à Delegacia de Polícia de Varginha, em fevereiro de 1938, a investigação de um cidadão suspeito de prática de atividades integralistas no município. O suspeito era Antonio Gomes Horta Júnior, médico veterinário residente em Varginha “e que, segundo consta, está exercendo misteriosa atividade integralista”.²³

Em 23 de fevereiro de 1938, o Delegado de Polícia de Varginha, Marcello Caetano, comunicou ao Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte ter tomado providências para realizar as investigações necessárias sobre as atividades consideradas suspeitas, exercidas pelo médico veterinário citado. A finalidade das investigações era verificar se as denúncias possuíam fundamento; com esse propósito, o delegado escalou um soldado à paisana para entrar em contato com o investigado.²⁴ Os Arquivos da Polícia Política não contêm outros documentos sobre esse assunto a partir do segundo semestre de 1938, portanto, não dispomos de informações sobre o resultado dessa investigação.

O texto do ofício deixa clara uma das estratégias de investigação praticada pela polícia política desde o início do Estado Novo: a de colocar investigadores à paisana para travar contato social com o suspeito, a fim de obter informações sem provocar desconfianças, nem do investigado, nem das pessoas com as quais ele convivia.

Conforme admitiu Foresti em depoimento sobre seu pai, o integralista Sebastião Cardoso Braga (Nôca), “mesmo com a proibição do funcionamento de qualquer agremiação política, em novembro de 1937, Nôca Braga continuou participando do Movimento Integralista Brasileiro – MIB, na clandestinidade”.²⁵ Uma vez que a prática política é uma atividade social realizada, evidentemente, por meio de relacionamentos interpessoais, não é demais supor, portanto, que a mesma situação possa ter ocorrido com outros membros da Ação Integralista Brasileira em Varginha.

Em 1935, Sebastião Braga, com dezoito anos de idade, entusiasmou-se com os princípios ideológicos de resgate da cultura nacional, defesa da propriedade privada, valores morais, nacionalismo, prática cristã e combate ao comunismo. Apenas em 1938, percebeu uma facção fascista na AIB, momento que resolveu se desfiliar do movimento. Na maturidade, não gostava de comentar

²² DECRETO-LEI Nº 37, de 02 de dezembro de 1937. Art. 1º e 2º. *Diário Oficial da União*. Seção 1, 04 dez. 1937, p. 23961.

²³ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 36. Radiograma de Orlando Moretzsohn, Delegado Ordem Pública ao Delegado de Polícia de Varginha, 17 fev. 1938.

²⁴ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 34 e 35. Varginha, [4 ou 21?] fev. 1938.

²⁵ Arquivo particular do autor. Correspondência eletrônica de Lydia Maria Braga Foresti para José Roberto Sales. Varginha, 18 set. 2015.

sobre o período em que dizia ter se iludido pela tríade: Deus, Pátria e Família.²⁶ Escritor e membro da Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências, Braga, não deixou seu depoimento sobre sua participação no movimento e sobre as circunstâncias em que ele se estabeleceu, desenvolveu e foi proscrito em Varginha.

Os documentos e materiais apreendidos no Núcleo Municipal Integralista de Varginha foram remetidos para Belo Horizonte, por via férrea, em maio de 1938, cinco meses após a polícia ter fechado a sede. O capitão Neactor de Oliveira foi Delegado de Polícia Especial em Varginha, pelo menos até o final de janeiro de 1938, sendo substituído, em seguida, pelo Delegado Regional Abelardo Ribeiro Freire, que despachou o caixote com o material apreendido para a Delegacia de Ordem Pública, na Capital. O referido caixote pesava 27 quilos e continha todo o material existente na Delegacia, apreendido pelo delegado anterior, na sede da extinta Ação Integralista Brasileira do município.²⁷

O conteúdo do material remetido, não especificado no ofício de 23 de maio de 1938, constava do ofício anterior, datado do dia 02 do mesmo mês e ano: “uns livros contendo os nomes de associados, outros livros de apontamentos referentes às despesas etc., outros papéis de menor importância, bandeira e escudo”.²⁸

Em 28 de maio de 1938, a agência dos Correios e Telégrafos de Varginha recebeu um pacote considerado suspeito endereçado ao delegado de polícia local. O pacote foi aberto e inspecionado pelos agentes postais que lavraram um auto sobre a ocorrência antes de encaminhá-lo à Delegacia de Polícia. O material encontrado na inspeção, referente à Ação Integralista Brasileira, continha um cartucho de fuzil *mauser*. A cápsula estava envolvida por um pedaço de papel branco que trazia no impresso sobre o mapa do Brasil o distintivo usado pelos integralistas. Escrito a lápis preto, em letra de forma, a palavra de ordem AVANTE!, título do hino dos integralistas. Os agentes postais-telegráficos tiveram o cuidado de vistoriar o pacote em nome da segurança pública, mas, conforme alegaram, sem a violação da correspondência em anexo.²⁹

A suspeição sobre a posse do material ilícito recaiu sobre dois fazendeiros, um residente no povoado de São Bento, município de Varginha e, o outro, no então distrito de Luminárias, município de Lavras: Aureliano Ferreira de Oliveira, conhecido como Licas Ferreira, residente na fazenda da Lage, e Cláudio Fachardo Junqueira, chefe do núcleo integralista de São Bento, esse último identificado em outro documento. Corriam boatos da existência de material bélico na casa de residência da fazenda do chefe da extinta Ação Integralista no povoado de São Bento.³⁰

²⁶ Arquivo particular do autor. Correspondência eletrônica de Lydia Maria Braga Foresti para José Roberto Sales. Varginha, 18 set. 2015.

²⁷ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 30. Ofício do Delegado Regional Abelardo Ribeiro Freire para o Delegado da Ordem Pública de Belo Horizonte. Varginha, 23 maio 1938.

²⁸ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 32. Ofício do Delegado Regional Abelardo Ribeiro Freire para o Delegado da Ordem Pública de Belo Horizonte. Varginha, 02 maio 1938.

²⁹ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 29. Auto [de abertura e vistoria em objeto postal suspeito]. Varginha, 28 maio 1938.

³⁰ APM. APP APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 24-27. Delegacia Regional de Polícia de Varginha. Varginha, 04 jun. 1938.

Após as investigações realizadas, o delegado declarou em seu relatório: “Nada encontrei: nem armas, nem munições, papéis ou boletins do integralismo”.³¹ Mesmo assim, ele manteve a convicção da culpabilidade dos suspeitos e as investigações ainda prosseguiram.

Dando continuidade à mesma investigação, em 17 de junho de 1938, o Subdelegado de Polícia de Luminárias, Antonio Garcia Netto, realizou busca na fazenda de Aureliano Ferreira de Oliveira e apresentou o relatório ao Delegado de Polícia de Lavras.³²

As duas buscas realizadas não localizaram nenhum armamento que pudesse ser considerado de porte ilegal, tanto pelo tipo quanto pela quantidade, nem material algum relacionado ao integralismo. Os depoentes alegaram que as denúncias contra eles poderiam ter sido motivadas por questões de ordem pessoal como antipatias, ressentimentos, rixas familiares e desavenças político-partidárias.

A análise do ofício do Delegado de Varginha, datado de 04 de junho de 1938, além de outros documentos de mesmo teor do Arquivo da Polícia Política, consultados para a realização desta pesquisa, revelam aspectos fundamentais das condições de trabalho na Delegacia Regional de Varginha, e, aspectos do *modus operandi* dos agentes da Polícia Política, no final dos anos 1930, em Varginha, para investigar os suspeitos de serem integralistas e comunistas:

1. Acatamento pelos agentes do Estado de denúncias anônimas.
2. Utilização de policiais à paisana para a investigação de suspeitos.

3. Formação de suspeição da autoridade policial sem provas ou indícios consistentes: os delegados de polícia costumavam proceder a diligências, investigações e inquéritos muitas vezes baseados apenas em “boatos aqui reinantes”, boatos que “tomaram maior vulto”, “bilhetes anônimos denunciando vagamente a inquietação” e outras suposições similares, cujos termos constam das documentações.³³

4. Improvisação de ações policiais: em uma das ocorrências registradas em documento, para realizar uma inspeção policial, o delegado obteve emprestado um caminhão para o transporte dele próprio, dos policiais e do escrivão até o local a ser vistoriado. O relatório não esclarece se o caminhão foi oficialmente emprestado por algum órgão público federal, estadual ou municipal ou se por particulares, de modo informal.³⁴

5. Relatórios com omissão de dados essenciais de identificação: alguns relatórios policiais não traziam as assinaturas nem registravam a identificação dos policiais participantes das vistorias, buscas ou apreensões, dos suspeitos ou investigados e não informavam o endereço do local onde a vistoria foi realizada. Em um Estado democrático de direito, falhas técnicas desse tipo podem ensejar a nulidade do documento, caso ele seja utilizado como prova contra os suspeitos ou indiciados.

6. Interceptação, inspeção e/ou abertura de encomendas consideradas suspeitas, recebidas na agência local dos Correios e Telégrafos, com prováveis violações de correspondência.

³¹ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 25. Delegacia Regional de Polícia de Varginha. Varginha, 04 jun. 1938).

³² APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 20. Ofício manuscrito de Antonio Garcia Netto. Luminárias (distrito de Lavras), 17 jun. 1938.

³³ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 24-27. Ofício da Delegacia Regional de Polícia de Varginha ao Delegado de Lavras, assinado por Abelardo Ribeiro Freire, Delegado Regional, Varginha, 04 jun. 1938.

³⁴ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 20. Ofício manuscrito de Antonio Garcia Netto. Luminárias (distrito de Lavras), 17 jun. 1938.

7. Fatos x suposições: um exemplo da preponderância das suposições sobre os fatos pode ser encontrado na vistoria realizada na fazenda do integralista Cláudio Fachardo Junqueira, no povoado de São Bento. Os policiais encontraram apenas uma cartucheira do Exército e nenhum armamento e material de propaganda do integralismo. Isso levou o delegado a levantar uma nova suspeição: a de que o fazendeiro Aureliano Ferreira de Oliveira, amigo do investigado, teria recebido e escondido o armamento em fazenda de sua propriedade, no distrito de Luminárias. Realizada a vistoria nessa segunda fazenda, nada foi encontrado.³⁵

8. Abuso de poder por parte de delegados e de autoridades policiais.³⁶

9. Material de trabalho de rotina: a Delegacia de Polícia de Varginha não contava com o material básico necessário para a realização de exames periciais de impressões digitais (datilogramas). O Delegado Regional citou a falta dos seguintes materiais: pós de alumínio, de fumo, iodo cristalizado e um cadinho (pequeno vaso para a mistura de materiais).³⁷

Durante os dois últimos anos da Ação Integralista em Varginha, foram Delegados de Polícia na cidade: Lourival Silvério (set. 1937), o capitão Neactor de Oliveira (nov. 1937-jan. 1938), Marcello Caetano (fev. 1938) e Abelardo Ribeiro Freire (maio/jun. 1938). Neactor de Oliveira e Lourival Silvério assinaram os documentos como Delegado Especial; Marcello Caetano, apenas como Delegado e Abelardo Ribeiro Freire, como Delegado Regional. As datas entre parênteses correspondem às dos períodos dos documentos assinados por eles e não às dos períodos exatos de permanência nos cargos.³⁸

O Livro de Actas da Câmara Municipal de Varginha 1936-1945, que contém as atas do período entre 28 de julho de 1936 e todo o ano de 1938, não faz nenhuma referência à Ação Integralista Brasileira. A turbulência política do final de 1937, no entanto, foi registrada, de modo dramático: “O país atravessa, nesse momento, uma fase de suma gravidade. Elementos criminosos procuram subverter a ordem e empapar de sangue o solo da Pátria. [...] sombras que ameaçam cobrir o céu do Brasil com a anarquia que arruinará a Pátria, a Família e Deus”.³⁹

Nos anos de atividade da Ação Integralista Brasileira, a polícia política mineira se preocupava, simultaneamente, com a identificação dos comunistas, defensores do pensamento político de esquerda, referidos na documentação pesquisada da Polícia Política de Minas Gerais com variados termos: marxistas, comunistas, vermelhos, rubros, esquerdistas, extremistas, subversivos e marginados. O marxismo foi também denominado “doutrina vermelha” e seus divulgadores “ideólogos marxistas”.⁴⁰

³⁵ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documento 20. Ofício manuscrito de Antonio Garcia Netto. Luminárias (distrito de Lavras), 17 jun. 1938.

³⁶ Segundo preceitos estabelecidos na Constituição de 1934, em vigor até 09 de novembro de 1937 e nos Decretos nº 847, de 11 out. 1890 (Código Penal) e nº 22.213, de 14 dez. 1932 (Consolidação das Leis Penais de Piragibe), ambos em vigor durante o período estudado.

³⁷ APM/Fundo Dops-MG. Pasta 4994, documentos 24-27. Ofício da Delegacia Regional de Polícia de Varginha ao Delegado de Lavras, assinado por Abelardo Ribeiro Freire, Delegado Regional, Varginha, 04 jun. 1938.

³⁸ APM/Fundo Dops-MG. Documentos variados do período 1935-1938.

³⁹ LIVRO DE ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA 1936-1945. Ata de 08 nov. 1937, p. 98-99. Fundação Cultural do Município de Varginha – Centro de Documentação Histórica – CEDOC.

⁴⁰ APM/Fundo Dops-MG. Documentos variados do período 1927-1938.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos 55 anos de atividade da polícia política em Minas Gerais, entre 1927 e 1982, os agentes da vigilância pública produziram uma grande massa documental, resultado do trabalho investigatório de centenas de agentes do estado. Parte expressiva dessa documentação foi deliberadamente destruída, antes que o conjunto restante, enfim, passasse à proteção oficial, em 1998, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Devido à perda, é bastante escassa a documentação referente à Ação Integralista Brasileira em Varginha, pertencente ao referido arquivo.

As pastas 4994 (Varginha, rolo 074, out. 1936 a jun. 1938, 52 imagens) e 4999 (Varginha – Comunismo, rolo 075, jul. 1935 – maio 1956, 104 imagens), dos Arquivos da Polícia Política, são as que contêm o maior número de documentos com informações sobre o integralismo em Varginha.

A pesquisa aqui apresentada realiza o cotejamento da documentação oficial da Polícia Política Mineira com o Livro de Actas da Câmara Municipal 1936-1945 e com notas e artigos publicados pela imprensa do período em estudo. Tal trabalho constitui uma tentativa de construção de uma narrativa histórica que permitem iluminar alguns aspectos relevantes da trajetória da Ação Integralista Brasileira em Varginha.

REFERÊNCIAS

ALMANAK LAEMMERT Guia Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1935.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). Vol. II. Textos temáticos. Cap. 7. Ditaduras e homossexualidades, p. 302. Disponível em: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2019.

DECRETO-LEI Nº 37, de 02 de dezembro de 1937. Art. 1º e 2º. *Diário Oficial da União*. Seção 1, 04 dez. 1937, p. 23961.

IBGE. *Recenseamento Geral de 1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

LIVRO DE ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA 1936-1945. Ata de 08 nov. 1937, p. 98-99. Fundação Cultural do Município de Varginha – Centro de Documentação Histórica – CEDOC.

SALES, José Roberto. *Estudo sobre o Integralismo e o Comunismo em Varginha (MG): a Academia Varginhense de Letras, Artes e Ciências e a Polícia Política de Minas Gerais 1936-1972*. Varginha: José Roberto Sales, 2016.